

DIARIO DE NOTICIAS
Lisboa

15. OUT. 1979

CARDEAL SARAIVA
Ponte de LimaCASTANHEIRENSE (O)
Castanheira de PeraSERVICIOS SOCIAIS -
CantinasR T E »
2571
Codex
43 01

Um problema da acção social universitária

As máquinas das cantinas estão paradas e os estudantes continuam mal servidos

As camaras frigoríficas pré-fabricadas, adquiridas pelo Ministério da Educação em fins de 1975, retidas num armazém da Residência Universitária, na Rua Filipe Folque, e parte da maquinaria encaixada na cantina 2, na Avenida das Forças Armadas, poderão ser uma das principais causas que levaram à degradação dos serviços das cantinas. De facto, sem as infra-estruturas duma rede de frio torna-se praticamente impossível manter os «stocks» razoáveis de alimentos para servir os estudantes.

Aceite-se ou não esta situação incúria dos serviços do Ministério da Educação, ninguém duvida, e as respectivas autoridades não o ignoram, que os estudantes estão a comer pouco e mal. A redução do iogurte nas refeições e o prato único são o cúmulo de medidas que todos desejaríamos, brevemente, revogadas.

As razões da exclusão do iogurte das refeições nunca foram muito claras e convincentes, até porque as então, invocadas, de ordem higiénica, são desmentidas, na prática, pela venda do mesmo produto nas cantinas universitárias. Contudo, e segundo informação do IASE, «esta medida foi tomada em função de pareceres desfavoráveis, enviados por três laboratórios diferentes, a pedido da Direcção-Geral de Apoio Médico, relativamente à sanidade e valor dietético do iogurte», os quais mereceram um despacho do subsecretário de Estado adjunto do ministro da Educação do IV Governo, dr. Carlos Rosa.

«Todos os pareceres recolhidos apontam — afirma-se no despacho — não só para a não existência de vantagens no fornecimento de iogurte nas refeições, como até em sentido contrário, para a conclusão de que existem inconvenientes nesse fornecimento, quer de ordem dietética, quer de ordem higiénica, dada a má qualidade dos produtos do mercado.»

Que existe uma intenção de

voltar ao fabrico de dois pratos, na ementa diária, de forma a obter melhor confecção da alimentação e obviar o problema da dificuldade de aquisição de grande volume de géneros do mesmo tipo, é uma garantia repetidas vezes reiterada pelo director dos Serviços Sociais, dr. Barros Carneiro.

Mas qual vai ser a capacidade de resposta a estes problemas da alimentação universitária, se a maioria das cozinhas das cantinas aguenta um material degradado e, em muitos casos, a funcionar a 50 por cento da sua capacidade, servindo cerca de 2400 refeições, numero muito além do limite da sua própria capacidade?

Sabemos que a Direcção dos Serviços Sociais tem feito repetidos pedidos, acompanhados dos orçamentos necessários, mas quando chega o despacho, já o equipamento sofreu alterações de preço, que tornam inviável a sua aquisição. De notar que esta Direcção não tem liberdade de movimentação de verbas superiores a 50 mil escudos. Um exemplo que pode elucidar este quadro de desencontros. Foi pedido, no mês de Março, pelos Serviços Sociais, um equipamento de grelhadores para as cantinas, mas a autorização do Ministério, mais propriamente, da Secretaria de Estado chegou em Agosto. Dizem-nos de forma convincente que a prometida Lei Organica dos Serviços Sociais poderá trazer novas e boas perspectivas para a indefinição que acompanhou o nascimento e vida destes Serviços. Ao nível das boas intenções a esperança não pode ser maior.

As residências não podem ser depósitos de estudantes

Entrar na aventura dos estudantes universitários, para um jovem que venha da provincia, não é tarefa fácil nem convite fascinador. Enfrentar os desajustamentos da vida, procurar um

quarto para dormir num mercado escandaloso ou ser «premiado» com uma das 777 camas das residências dos Serviços Sociais é uma faceta histórica da vida do seu quotidiano pré-escolar.

Mas esta continua a ser também, uma preocupação dos Serviços Sociais. Como nos confirmou o respectivo director, dr. Barros Carneiro, há uma necessidade sentida de criar um Gabinete de Apoio aos novos alunos onde ficasse definido o chamado Serviço Social por caso, que permitisse uma integração dos jovens e fosse possível delimitar uma atribuição justa de bolsas de estudo, com a concessão de outras especiais para casos graves.

Mas enquanto não chegam estes projectos do comboio do desejo, os Serviços Sociais oferecem o que têm e os alunos governam-se com o que podem. Na especulação dos quartos alugados, a mensalidade das residências universitárias, ao preço de 1400\$00, ainda é, de longe, a mais acessível. Isto faz-se pensar que, em muitos casos, elas continuam a exercer a mesma função de um quarto alugado, onde o estudante dorme e raramente estuda.

Mas, como no, afirma o dr. Barros Carneiro, «é manifesto um grande individualismo dos residentes e, muitas vezes, as relações entre eles são de desconhecidos, sem que a residência — essa, nos meios de que dispõe, proporcionar um desenvolvimento intelectual e social como seria desejável. E os Serviços Sociais têm consciência das suas próprias limitações».

Todavia, até que ponto este individualismo não tem as suas raízes no aspecto degradante que a imagem interior das mesmas residências oferece aos seus hóspedes? O mobiliário depredado necessitaria de uma substituição, que já foi sentida, há muito tempo e por todos. Contudo, o sector de Alojamento dos Serviços Sociais da Universidade de Lisboa comunicou às Associações de Estudantes que, em 1978,

havia despendido 870 contos para aquisição de roupas e mobiliário. Muito dinheiro para figurar em estatística, mas necessariamente pouco para colmatar todas as necessidades.

Disciplina nas residências não constitui problema

As admissões nas residências universitárias processam-se todas através dos Serviços Sociais, tendo sempre o cuidado de reservar alguns lugares, proporcionais às vagas do final do ano escolar, para os novos alunos. Geridas por comissões directivas, eleitas pelos próprios residentes, o seu trabalho tem sentido, na generalidade, confiança dos superiores.

Mas isto não obsta a que haja casos pontuais, que requeiram uma intervenção directa e pedagógica. «E quando se tornou necessária essa intervenção — diz-nos o dr. Barros Carneiro —, sentimos sempre a melhor colaboração dos estudantes.»

Em muitos casos, as queixas da vizinhança foram razoáveis, a sua crítica justa, mas, como nos garantiu o dr. Barros Carneiro, a sua compreensão também não conheceu limites após a resolução dos pontos de atrito. Com um acento de mágoa, o nosso interlocutor confidenciaria que alguns acontecimentos das residências universitárias têm sido empolados por vizinhos, que não sentem, interiormente, a necessidade do respeito pela vida privada dos residentes. Exercer vigilância e dar caminho a uma curiosidade doentia, para saber o que se passa no mundo dos jovens universitários, não será a melhor maneira de guardar a justa distância entre a fronteira da liberdade pessoal.

Por fim, e a rematar esta troca de impressões, foi-nos garantida a promessa de um regulamento oficial, que nunca será uma regra de ferro que acorrente a maturidade das pessoas e atrofe a esperança natural dos jovens.